

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 2A.RF/PA

Estudo Técnico Preliminar 32/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 10280.724293/2026-16

2. Descrição da necessidade

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado com a finalidade de subsidiar a fase preparatória da contratação, em conformidade com o inciso I do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O presente estudo fundamenta-se na necessidade formalizada no Documento de Formalização de Demanda (DFD), que identificou a necessidade de contratação e forneceu os elementos iniciais para a análise da solução mais adequada ao atendimento do interesse público.

A necessidade da contratação decorre da demanda institucional de transferência de mobiliário pertencente à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, atualmente armazenado no Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA) de Taubaté/SP, para o Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA) de Belém/PA.

A medida tem por objetivo viabilizar o atendimento das ações de modernização, reestruturação e padronização dos ambientes de trabalho das unidades administrativas jurisdicionadas à 2ª Região Fiscal, promovendo o aproveitamento de bens patrimoniais disponíveis e contribuindo para a racionalização dos recursos públicos.

A permanência dos bens no depósito de origem compromete a racionalização logística e patrimonial da Administração, uma vez que os itens não estão sendo utilizados na localidade atual, ao passo que unidades da Receita Federal na 2ª Região Fiscal demandam mobiliário para suprir as necessidades decorrentes das obras e melhorias estruturais em andamento.

Nesse contexto, a contratação fundamenta-se em dois pilares complementares. O primeiro diz respeito à padronização e à imagem institucional. A 2ª Região Fiscal encontra-se em processo contínuo de modernização, compreendendo reforma, reestruturação e adequação física, de suas 52 (cinquenta e duas) unidades nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, conforme as iniciativas previstas no Plano de Engenharia 2026, sendo o mobiliário padronizado elemento essencial para a consolidação da identidade visual da Receita Federal.

O segundo pilar refere-se à eficiência administrativa. A transferência de bens entre depósitos da própria instituição evita novas aquisições onerosas, aproveitando o estoque disponível em outra região fiscal e otimizando o gasto público, em conformidade com o Princípio da Economicidade e da Eficiência.

Diante da necessidade identificada, foram analisadas alternativas capazes de viabilizar o atendimento da demanda, incluindo a utilização de recursos próprios da Administração, o compartilhamento de estruturas logísticas entre unidades da Receita Federal, a eventual disponibilização de veículos ou equipamentos por outros órgãos públicos, bem como soluções baseadas em instrumentos de cooperação administrativa, locação ou outras formas legalmente admitidas de disponibilização de recursos operacionais. A avaliação dessas alternativas teve por objetivo identificar a solução mais eficiente, econômica e adequada às necessidades da Administração.

Contudo, considerando a distância entre as localidades de origem e destino, o volume estimado da carga (aproximadamente 11.200 kg), a necessidade de movimentação adequada dos bens armazenados e a exigência de preservação de sua integridade durante todas as etapas da operação logística, concluiu-se que as alternativas avaliadas não apresentam viabilidade técnica e operacional suficiente para atender à demanda de forma eficiente, segura e tempestiva.

Desta forma, a contratação de empresa especializada em transporte e movimentação de cargas mostra-se a solução mais adequada para assegurar a execução do serviço com os níveis de qualidade, segurança e confiabilidade requeridos pela Administração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Programação e Logística - DIPOL02	Annette Lobato Martins

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação foram definidos com base na necessidade de garantir a transferência segura, íntegra e eficiente do mobiliário institucional entre os Depósitos de Mercadorias Apreendidas da Receita Federal do Brasil em Taubaté/SP e Belém/PA, considerando a natureza da carga, o peso total estimado de 11.200 kg, a necessidade de carregamento técnico dos bens armazenados em prateleiras, embalagem e a responsabilidade pela preservação do patrimônio público durante toda a operação logística.

A solução a ser contratada deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021, da legislação de transporte rodoviário de cargas, das normas de segurança do trabalho aplicáveis, especialmente quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, bem como das regulamentações da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT pertinentes ao transporte interestadual de cargas.

A contratada deverá possuir habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade operacional compatíveis com a execução de transporte rodoviário interestadual de cargas, incluindo capacidade logística para execução do trajeto interestadual entre os estados de São Paulo e Pará.

Os requisitos estabelecidos mostram-se necessários e suficientes para assegurar a adequada execução contratual, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

Além dos requisitos operacionais, a contratação deverá observar práticas de sustentabilidade compatíveis com o objeto, priorizando a racionalização logística, a mitigação de desperdícios, a adequada acomodação da carga para prevenção de avarias e retrabalho, bem como a utilização de veículos em condições regulares de manutenção e controle de emissão de poluentes, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Considerando as características da carga, o peso total estimado de aproximadamente 11.200 kg, a necessidade de movimentação e carregamento técnico dos bens armazenados em prateleiras e a preservação de sua integridade durante todas as etapas da operação logística, as exigências estabelecidas mostram-se adequadas e proporcionais ao objeto, contribuindo para a execução eficiente, segura e sustentável da contratação.

Tabela de Requisitos

Categoria	Requisito	Descrição
	Capacidade de transporte	O prestador deverá dispor de veículo(s) com capacidade compatível ao volume e peso estimados da carga, de aproximadamente 11.200 kg (ex.: caminhão tipo truck ou similar).
	Capacidade operacional	A contratada deverá possuir capacidade logística e operacional compatível com o transporte de carga estimada em 11.200 kg.
	Integridade da carga	Garantia de acondicionamento (embalagem), amarração e proteção adequados para evitar avarias durante todo o percurso interestadual.

Técnico	Seguro e responsabilidade	A contratada deverá responder por danos, perdas ou avarias causados aos bens durante a execução contratual, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis.
	Conformidade normativa	A empresa deverá possuir autorização e documentação compatíveis com a execução de transporte rodoviário interestadual de cargas, observadas as exigências da ANTT e demais normas aplicáveis.
Funcional	Execução logística completa	Capacidade de planejar e executar todas as etapas da operação (coleta, carregamento, transporte e entrega). A solução deverá contemplar retirada da carga no DMA de Taubaté/SP e entrega no DMA de Belém/PA.
	Disponibilização de mão de obra	Fornecimento de, no mínimo, 4 carregadores qualificados, equipados com EPIs, para execução do carregamento dos itens em Taubaté/SP.
	Transporte dedicado	A adoção dessa modalidade visa minimizar riscos de avarias, perdas, extravios e movimentações adicionais decorrentes de operações de consolidação ou compartilhamento de cargas, proporcionando maior segurança e controle durante a execução contratual.
	Conferência dos bens	A contratada deverá realizar a conferência da carga no momento da coleta e da entrega, mediante documentação fornecida pela Administração, assegurando a rastreabilidade dos bens transportados.
Operacional	Prazo de execução	Cumprimento de prazos compatíveis com a necessidade administrativa, assegurando tempestividade na entrega.
	Segurança na movimentação	Execução de carregamento com técnicas adequadas de estivagem, considerando que os itens estão em prateleiras e exigem manuseio técnico.
	Coordenação local	Integração operacional com os recursos disponibilizados pela Administração no local de origem e destino, quando aplicável.
	Seguro e mitigação de riscos	A contratada deverá adotar medidas preventivas para redução de riscos de danos, extravio ou acidentes durante o transporte.
Sustentabilidade	Redução de impactos ambientais	Adoção de práticas que minimizem emissões e otimização de rotas para redução de consumo de combustível.
	Manutenção veicular	Os veículos utilizados deverão estar em condições adequadas de manutenção e segurança, observando as normas ambientais e de controle de emissão vigentes.
	Conformidade trabalhista	Cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, com uso obrigatório de EPIs.

	Responsabilidade socioambiental	Destinação adequada de resíduos operacionais e respeito às normas ambientais aplicáveis.
	Prevenção de desperdícios	A execução deverá minimizar avarias, retrabalho e descarte indevido de materiais decorrentes de acondicionamento inadequado da carga.

Para fins de cobertura securitária e responsabilização civil da contratada, o valor de referência dos bens transportados é de R\$ 616,00 (seiscentos e dezesseis reais) por item, correspondente ao valor de aquisição registrado no sistema de controle patrimonial.

Tal critério se justifica pelo estado original de conservação dos bens, que se encontram embalados em paletes desde a aquisição ocorrida em 2015, sem registro de utilização ou desgaste físico, razão pela qual o valor líquido contábil após depreciação não reflete o custo real de reposição e não deve ser adotado como base para dimensionamento da cobertura securitária.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado considerando práticas adotadas por órgãos e entidades da Administração Pública em contratações de transporte rodoviário de bens patrimoniais, mobiliários e cargas institucionais em âmbito interestadual, bem como soluções disponibilizadas pelo mercado logístico nacional.

Observou-se que, para demandas semelhantes envolvendo transferência de mobiliário institucional entre unidades administrativas, são comumente utilizadas soluções de transporte rodoviário mediante contratação de empresa especializada em logística e movimentação de cargas, com fornecimento de veículo compatível, mão de obra para carregamento e responsabilidade integral pela integridade dos bens transportados.

A análise identificou que o mercado dispõe de diferentes modelos operacionais aptos a atender demandas dessa natureza, variando conforme o grau de exclusividade do transporte, compartilhamento de carga, utilização de frota própria da Administração ou contratação integrada de logística e movimentação.

No contexto nacional, contratações similares realizadas por órgãos públicos demonstram predominância da terceirização integral da operação logística para empresas especializadas, especialmente em demandas interestaduais de grande distância, em razão da necessidade de mitigação de riscos, economicidade operacional, responsabilização contratual e garantia de integridade patrimonial.

Verificou-se ainda que o mercado oferece soluções de carga dedicada e carga compartilhada/fracionada, sendo ambas tecnicamente viáveis, desde que mantidas as condições adequadas de acondicionamento, rastreabilidade e preservação da carga transportada.

Tabela de Soluções

Tipo de Solução	Características	Vantagens	Desvantagens
Transporte com frota própria da Administração	Utilização de veículos e servidores próprios para execução do transporte	Maior controle direto da operação	Administração não dispõe de frota pesada, motoristas especializados e equipe suficiente para operação interestadual de 11,2 toneladas
Locação de caminhão sem operador	Locação apenas do veículo, permanecendo a operação sob responsabilidade da Administração	Possível redução pontual de custos diretos	Necessidade de motoristas habilitados, gestão logística própria, seguros, carregadores e assunção integral dos riscos operacionais

Contratação de transportadora com carga dedicada	Veículo exclusivo para a carga da Administração	Maior controle logístico e menor manipulação da carga	Maior custo operacional e menor flexibilidade logística
Contratação de transportadora com carga compartilhada /fracionada	Compartilhamento do espaço do veículo com outras cargas compatíveis	Redução de custos e melhor aproveitamento logístico	Necessidade de maior controle de acondicionamento e segregação da carga
Contratação integrada de transporte e carregamento	Empresa responsável pelo transporte, carregamento, estivagem e logística operacional	Centralização da responsabilidade, maior eficiência operacional e redução de riscos administrativos	Dependência da capacidade técnica da contratada
Remanejamento por cooperação entre órgãos	Utilização eventual de estrutura logística de outro órgão público	Potencial redução de custos diretos	Baixa previsibilidade, ausência de disponibilidade operacional e dificuldade de coordenação interestadual

Após a análise das soluções disponíveis no mercado, conclui-se que a solução mais vantajosa técnica e economicamente consiste na contratação de empresa especializada em transporte rodoviário de cargas e logística, incluindo o fornecimento de mão de obra qualificada para carregamento e estivagem da carga.

Tal solução apresenta maior aderência às necessidades da Administração, uma vez que concentra em um único contratado a responsabilidade pela movimentação, acondicionamento, transporte e integridade do patrimônio público, reduzindo riscos operacionais e administrativos.

Adicionalmente, a execução do transporte em regime de carga dedicada assegura maior controle sobre a movimentação do patrimônio, reduz os riscos de avaria e extravio e garante a integridade dos itens ao longo de todo o percurso interestadual.

Essa modalidade contribui para a obtenção de proposta mais econômica ao viabilizar a utilização plena da capacidade do veículo, ampliando a competitividade da contratação sem prejuízo da eficiência e da preservação dos bens transportados. Dessa forma, a solução escolhida revela-se plenamente compatível com os princípios da economicidade, da eficiência, do planejamento e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na contratação de empresa especializada em transporte rodoviário interestadual de cargas e logística, para transferência de mobiliário institucional da Receita Federal do Brasil do Depósito de Mercadorias Apreendidas em Taubaté/SP para o Depósito de Mercadorias Apreendidas em Belém/PA, abrangendo coleta, carregamento, transporte interestadual, descarregamento e entrega, com garantia de integridade patrimonial em todas as etapas.

A carga é composta por aproximadamente 820 itens, totalizando cerca de 11.200 kg, incluindo estações de trabalho /mesas em L e divisórias armazenadas em prateleiras. Em razão das condições de armazenamento, a solução deverá

contemplar no mínimo 04 (quatro) carregadores profissionais equipados com EPIs, responsáveis pela retirada, movimentação interna e carregamento técnico dos bens, com adequada estivagem e fixação da carga para transporte de longa distância.

Deverá ser utilizado veículo compatível com o peso e volume da carga — admitindo-se caminhão tipo truck ou similar —, o transporte deve ocorrer em regime dedicado, desde que asseguradas a segregação física, a rastreabilidade e a preservação integral do patrimônio.

A contratada definirá a melhor estratégia logística, permanecendo responsável pela integridade dos bens desde o carregamento em Taubaté/SP até a entrega em Belém/PA, respondendo por eventuais danos, perdas ou avarias verificados durante a execução.

A execução exige coordenação prévia com as unidades da Receita Federal envolvidas para compatibilização de horários e condições de acesso, devendo a contratada manter os veículos em adequadas condições de manutenção, regularidade documental e conformidade com as normas da ANTT.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi estabelecida com base no levantamento detalhado dos bens a serem transferidos, conforme inventário físico constante no Documento de Formalização da Demanda (DFD), no qual se identificou o quantitativo de 820 itens, incluindo estações de trabalho/mesas em L e divisórias, totalizando aproximadamente 11.200 kg de carga, bem como a necessidade operacional de mão de obra mínima de 4 carregadores para execução segura do carregamento técnico.

A definição dessas quantidades considerou, ainda, as características de acondicionamento, peso unitário dos itens, condições de armazenagem atual e a logística necessária para movimentação e transporte interestadual, em consonância com critérios de razoabilidade, precisão e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Os itens a serem transferidos compreendem:

Descrição	Quantidade	Peso Unitário (aprox.)	Peso Total
Estações de Trabalho/ mesas em L (2910 x 1700 x 1125 mm)	200 un.	25 kg	5.000 kg
Divisórias (80 × 9 × 110 cm)	620 un.	10 kg	6.200 kg
TOTAL	820 itens	—	11.200 kg

Os bens encontram-se atualmente desmontados e armazenados em prateleiras no Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA) de Taubaté/SP. Em razão de suas características e da forma de acondicionamento, a retirada, movimentação e carregamento dos itens demandam mão de obra qualificada e procedimentos adequados de estivagem, de modo a assegurar a integridade dos bens durante as operações de carregamento e transporte.

Embora o DMA de Taubaté/SP disponha de uma empilhadeira e de dois colaboradores para apoio logístico, tais recursos mostram-se insuficientes para a execução integral das atividades de carregamento da carga estimada, razão pela qual se faz necessária a disponibilização de equipe própria pela contratada.

Para melhor caracterização dos bens e das condições de armazenamento, segue anexo ao presente Estudo Técnico Preliminar registro fotográfico do mobiliário e das instalações do DMA de Taubaté/SP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 38.998,33

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante realização de pesquisa de preços voltada à contratação de serviços de transporte rodoviário interestadual de cargas pesadas e logística, incluindo mão de obra para carregamento. Para composição do valor estimado, foram considerados o peso total da carga (11.200 kg), a distância entre os municípios de Taubaté/SP e Belém/PA, as características operacionais da movimentação, a necessidade de disponibilização de 04 (quatro) carregadores profissionais, o tipo de veículo compatível com a operação logística e os riscos inerentes ao transporte de mobiliário institucional.

A pesquisa mercadológica foi realizada mediante consulta a fornecedores do ramo, análise de contratações similares da Administração Pública e utilização de referências compatíveis com o objeto, observando-se os critérios de priorização, tratamento e validação previstos na IN nº 65/2021, especialmente quanto à busca de preços praticados no mercado, avaliação de exequibilidade e descarte de valores inexequíveis ou excessivamente elevados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto desta contratação é indivisível por natureza: trata-se de um único serviço de transporte com rota, carga e prazo definidos. O parcelamento não é tecnicamente viável nem economicamente vantajoso, uma vez que a contratação de carregamento separada do transporte elevaria o tempo de entrega, os riscos de avaria e extravio, além disso, fragmentaria a responsabilidade pela integridade da carga e comprometeria a eficiência da execução.

Aplica-se, portanto, a contratação integral quando o parcelamento for tecnicamente inviável ou gerar menor vantagem econômica para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se identificam contratações correlatas ou interdependentes necessárias à viabilização da presente contratação, tendo em vista que a solução proposta possui caráter autônomo e execução operacional independente, sendo suficiente, por si só, para atendimento integral da necessidade administrativa relacionada à transferência do mobiliário institucional entre os Depósitos de Mercadorias Apreendidas da Receita Federal do Brasil em Taubaté/SP e Belém/PA.

Os serviços de carregamento, movimentação, acondicionamento e transporte rodoviário interestadual encontram-se contemplados no escopo da própria contratação, não havendo necessidade de aquisições complementares, celebração de contratos acessórios ou dependência de outras contratações administrativas para a adequada execução do objeto.

Eventuais apoios operacionais locais disponibilizados pelas unidades da Receita Federal possuem natureza meramente acessória e não configuram contratação correlata ou interdependente para fins do disposto na Lei nº 14.133/2021.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, conforme registro constante no Documento de Formalização da Demanda (DFD), estando alinhada ao planejamento institucional da Receita Federal do Brasil no âmbito da 2ª Região Fiscal. A demanda guarda aderência com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), especialmente no que se refere à otimização do uso de recursos materiais, por meio do remanejamento de bens existentes, reduzindo a necessidade de novas aquisições e promovendo a economicidade.

Ademais, a contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico institucional, que contempla ações de modernização, padronização e melhoria da infraestrutura das unidades administrativas.

12. Análise de risco

A presente análise de riscos foi elaborada em cumprimento ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 18, inciso VIII, da IN SEGES/ME nº 58/2022, que determina que o Estudo Técnico Preliminar contemple a identificação dos principais riscos que possam comprometer o êxito da contratação, com indicação das medidas de tratamento adequadas.

A metodologia adotada é a análise qualitativa de riscos, baseada na combinação de dois fatores: probabilidade de ocorrência e impacto sobre a contratação, ambos pontuados em escala ordinal de 1 a 5.

O Nível de Risco (NR) resulta do produto entre os dois fatores, classificando-se da seguinte forma: até 5, risco baixo; de 6 a 10, risco médio; de 11 a 16, risco alto; acima de 16, risco crítico. Os riscos foram identificados com base nas características específicas do objeto — transporte rodoviário interestadual de aproximadamente 820 itens de mobiliário institucional, totalizando cerca de 11.200 kg, no percurso Taubaté/SP–Belém/PA — e nas condições de armazenamento e conservação dos bens.

Quadro de Risco

ID	Risco	Causa Raiz	Consequência	Resposta / Mitigação	Pontuação		
					P	I	NR
R1 Alto	Avaria ou Extravio de Bens durante o Transporte	Estivagem inadequada, ausência de seguro de carga, veículo em mau estado ou acidente de percurso.	Perda patrimonial irreversível, necessidade de nova aquisição e possível responsabilização do gestor por omissão na prevenção.	Exigir apólice de seguro de carga (valor base: R\$ 616,00/item — valor de aquisição). Exigir registro fotográfico no embarque e desembarque. Cláusula de responsabilidade integral da contratada.	4	4	16
R2 Alto	Inadimplemento Contratual ou Abandono do Serviço	Fornecedor sem capacidade operacional comprovada, ausência de garantia ou falência superveniente.	Bens retidos em trânsito, necessidade de nova contratação emergencial e atraso nas ações de modernização das unidades da 2ª RF.	Exigir atestado de capacidade técnica e consultar SICAF antes da formalização. Incluir multa moratória e compensatória. Exigir rastreamento veicular com compartilhamento de localização em tempo real.	3	5	15
R5 Alto	Falha na Fiscalização em Razão da Distância entre as Unidades	Fiscalização concentrada apenas no destino, sem cobertura da etapa de coleta e carregamento na origem.	Impossibilidade de apurar responsabilidade sobre danos no carregamento, facilitando contestação de sinistros.	Designar servidor de apoio junto à unidade RFB próxima a Taubaté/SP para acompanhar o carregamento. Exigir relatório fotográfico da carga estivada antes da partida. Designar	4	3	12

				fiscal titular e substituto (art. 117, § 1º, Lei nº 14.133/2021).			
R4 Médio	Insuficiência da Pesquisa de Preços e Risco de Sobrepreço	Amostra insuficiente de cotações ou empresas sem atuação real na rota Taubaté/SP–Belém/PA.	Contratação antieconômica, glosa pela CGU /TCU ou inviabilidade de encontrar fornecedor ao preço estimado.	Pesquisa de preços conforme IN SEGES /ME nº 65/2021, com mínimo de 3 cotações de empresas com histórico em transporte interestadual. Documentar metodologia e critério do preço de referência.	3	3	9
R3 Médio	Irregularidade Operacional do Transportador junto à ANTT	RNTRC ausente, vencido ou cancelado na fase de habilitação ou durante a execução contratual.	Nulidade contratual, responsabilização do gestor e possível invalidação da cobertura securitária em caso de sinistro.	Exigir RNTRC ativo como condição de habilitação técnica, com consulta ao sistema da ANTT antes da celebração. Cláusula de manutenção do registro com possibilidade de rescisão.	2	4	8
R6 Baixo	Divergência no Inventário dos Bens	Ausência de conferência física prévia, desatualização do cadastro patrimonial ou movimentação não registrada desde 2015.	Contestações sobre a quantidade entregue e dificuldade de responsabilização por extravios.	Realizar inventário físico dos bens antes da publicação do instrumento convocatório. Elaborar termo de conferência (quantidade, identificação e estado de conservação) e anexá-lo ao contrato como referencial oficial.	2	3	6

$P = \text{Probabilidade} \cdot I = \text{Impacto} \cdot NR = \text{Nível de Risco} (P \times I)$

Mapa de Calor - Matriz Probabilidade X Impacto

Prob. \ Imp.	1 Muito Baixo	2 Baixo	3 Médio	4 Alto	5 Muito Alto
5 Quase Certo	5	10	15	20	25
4 Provável	4	8	R5	R1	20
3 Possível	3	6	R4	12	R2
2 Improvável	2	4	R6	R3	10

1 Raro	1	2	3	4	5
--------	---	---	---	---	---

Posicionamento dos riscos identificados na matriz 5×5, antes da aplicação das medidas de resposta

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação da solução pretende assegurar a transferência eficiente, segura e economicamente vantajosa do mobiliário institucional atualmente armazenado no Depósito de Mercadorias Apreendidas da Receita Federal do Brasil em Taubaté/SP para o Depósito de Mercadorias Apreendidas em Belém/PA, viabilizando o reaproveitamento de bens públicos em condições adequadas de utilização nas unidades da 2ª Região Fiscal que se encontram em processo de modernização, reforma e reestruturação.

Com a medida, busca-se evitar novas aquisições de mobiliário, promovendo a racionalização dos gastos públicos e a otimização da gestão patrimonial, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência administrativa.

A contratação permitirá melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis na Administração, mediante redistribuição estratégica de bens entre unidades da Receita Federal do Brasil, reduzindo custos associados à aquisição, armazenamento prolongado e manutenção de estoques ociosos.

Pretende-se ainda garantir maior eficiência logística e organizacional, liberando espaço físico no depósito de origem e disponibilizando mobiliário padronizado para atendimento das demandas institucionais das unidades destinatárias, contribuindo para melhoria das condições de trabalho e da prestação dos serviços públicos.

Em relação aos recursos humanos, a solução possibilitará à Administração concentrar seus esforços nas atividades finalísticas e de gestão institucional, evitando mobilização de servidores para execução de atividades operacionais especializadas de transporte, carregamento e movimentação de carga pesada, para as quais não dispõe de estrutura própria adequada.

Além disso, a centralização da execução em empresa especializada reduz riscos operacionais, minimiza a ocorrência de avarias e retrabalho e assegura maior previsibilidade e eficiência na condução da operação logística, resultando em melhor aproveitamento dos recursos financeiros, humanos e administrativos disponíveis.

14. Providências a serem Adotadas

Previamente à celebração do contrato e ao início da execução dos serviços, deverão ser adotadas providências administrativas e operacionais destinadas a assegurar a adequada transferência do mobiliário institucional entre os Depósitos de Mercadorias Apreendidas da Receita Federal do Brasil localizados em Taubaté/SP e Belém/PA.

Nesse contexto, a Administração e a futura contratada deverão promover o planejamento e a coordenação das atividades logísticas, contemplando a definição de datas e horários para coleta e entrega, os procedimentos de acesso às instalações, a disponibilidade de recursos de apoio nas unidades envolvidas e os procedimentos de conferência dos bens a serem transportados.

Compete à Administração realizar a consolidação da relação dos itens objeto da transferência, a conferência quantitativa da carga e a verificação das condições de armazenamento dos bens, de modo a subsidiar as atividades de carregamento, controle patrimonial e rastreabilidade durante a execução contratual.

Caberá, ainda, assegurar que os locais de origem e destino apresentem condições adequadas para as operações de movimentação, carga e descarga, especialmente quanto ao acesso de veículos e à disponibilidade dos recursos de apoio existentes.

Por sua vez, a contratada deverá disponibilizar os recursos humanos e materiais necessários à execução dos serviços, bem como apresentar, quando exigido contratualmente, a documentação dos veículos empregados na

operação, a identificação da equipe responsável pela execução e a comprovação do fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aplicáveis às atividades de movimentação e carregamento.

Considerando as características do objeto, não se identificam necessidades de realização de obras, adaptações físicas, obtenção de licenças ambientais específicas ou autorizações extraordinárias para a execução da contratação, sendo suficientes as providências administrativas e operacionais ordinárias descritas neste estudo.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A execução da solução proposta poderá gerar impactos ambientais de baixa magnitude, principalmente relacionados ao consumo de combustível fóssil e à emissão de gases poluentes decorrentes do transporte rodoviário interestadual da carga entre os municípios de Taubaté/SP e Belém/PA.

Também podem ocorrer impactos associados ao consumo de materiais auxiliares para acondicionamento e proteção da carga, bem como à geração pontual de resíduos operacionais durante as atividades de carregamento, movimentação e descarregamento do mobiliário institucional. Considerando, contudo, a natureza do objeto, não se identificam impactos ambientais significativos ou atividades potencialmente poluidoras de maior complexidade.

Como medidas mitigadoras, deverá ser exigido que a empresa contratada utilize veículos em adequadas condições de manutenção mecânica e regularidade ambiental, observando as normas vigentes de controle de emissão de poluentes e segurança veicular.

A contratada deverá adotar planejamento logístico eficiente, buscando otimizar rotas, reduzir deslocamentos desnecessários e promover melhor aproveitamento da capacidade de carga do veículo, inclusive mediante utilização de carga compartilhada ou fracionada quando tecnicamente viável e sem prejuízo à integridade dos bens transportados. Tais medidas contribuem para redução do consumo de combustível e mitigação dos impactos ambientais associados ao transporte rodoviário.

Além disso, a execução contratual deverá priorizar práticas de racionalização de recursos materiais, evitando desperdícios de embalagens, insumos e materiais de proteção utilizados no acondicionamento da carga.

Eventuais resíduos gerados durante a operação logística deverão receber destinação ambientalmente adequada, observadas as disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010. Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais reutilizáveis ou recicláveis para proteção e acondicionamento dos bens, bem como promovida a segregação adequada de resíduos recicláveis eventualmente produzidos durante a execução dos serviços.

A presente contratação também contribui indiretamente para a sustentabilidade administrativa e ambiental, na medida em que prioriza o reaproveitamento e a redistribuição de mobiliário institucional já pertencente ao patrimônio público, evitando aquisições desnecessárias de novos bens, reduzindo consumo de matérias-primas, geração de resíduos e impactos ambientais associados à fabricação, transporte e descarte de mobiliário novo.

Quando aplicável, a contratada deverá adotar práticas de logística reversa para recolhimento e reaproveitamento de materiais de embalagem. Também deverá ser assegurado o cumprimento das normas de saúde, segurança do trabalho e proteção ambiental vigentes, contribuindo para a redução dos impactos e para a execução sustentável da contratação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Conclui-se que a contratação de empresa especializada em transporte rodoviário de cargas e logística, incluindo mão de obra qualificada para carregamento e movimentação dos bens, mostra-se plenamente adequada, necessária e compatível com a necessidade administrativa identificada pela Receita Federal do Brasil.

A solução escolhida atende de forma eficiente às demandas operacionais relacionadas à transferência interestadual do mobiliário institucional entre os Depósitos de Mercadorias Apreendidas em Taubaté/SP e Belém/PA, garantindo segurança, integridade patrimonial, racionalização logística e adequada execução das atividades de carregamento, acondicionamento, transporte e entrega da carga.

A análise técnica realizada demonstrou que a Administração não dispõe de estrutura própria suficiente para execução direta da operação, especialmente em razão do volume transportado, da complexidade logística envolvida e da necessidade de mão de obra especializada.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TIANNY CRISTINA TRINDADE VILHENA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 15:13:26.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Registro Fotográfico DMA Taubaté.pdf (301.77 KB)